

Carneiro afirma que a 194 é inconstitucional

Mais um ato do Poder Executivo é considerado inconstitucional. Ontem, o presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), decidiu não dar início à tramitação da Medida Provisória nº 194, que trata da aplicação dos recursos recolhidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em despacho que será publicado no Diário Oficial de hoje, Carneiro diz que a inconstitucionalidade do parágrafo segundo é "flagrante" e, por isso, comunica ao presidente Fernando Collor de Mello o "impedimento constitucional de eventuais atos" com base nessa MP. A decisão, no entanto, não suspende os efeitos da medida, pois essa é uma atribuição exclusiva do plenário do Congresso — em caso de rejeição — ou do Poder Judiciário.

O argumento para a não tramitação da Medida Provisória nº 194 no Congresso Nacional está fundamentado na questão de ordem feita pelo líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), na segunda-feira à noite. Segundo Ibsen, a inconstitucionalidade da medida está no fato de o artigo 2º § 2º prever a aplicação dos recursos do FNDE ainda este ano, sem prévia autorização do Congresso. O dispositivo determina que "no presente exercício, o saldo resultante das aplicações que trata esta medida será utilizado de conformidade com a programação anexa".

Argumentos

Como trata da aplicação de recursos que não estão previstos no Orçamento da União, o líder do PMDB argumentou que a MP tratava de créditos suplementares, que precisam de autorização prévia do legislativo. O artigo 167 da Constituição, no inciso V, diz que é vedada "a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes", bem como a transposição ou remanejamento dos recursos do Orçamento.

Ibsen disse também que esses quesitos constitucionais não podem ser feridos por força dos preceitos de "urgência e relevância" que asseguram a adoção de medidas provisórias. Explicou que a própria Constituição prevê créditos "extraordinários" para despesas imprevisíveis e urgentes, tratados no § 3º do artigo 167, e que só são permitidos em casos de guerra, comção interna ou calamidade pública.

A questão de ordem do líder do PMDB solicitava a devolução da medida para a Presidência da República, "para sanar o vício da inconstitucionalidade face à eficácia imediata" da MP. Mas Nelson Carneiro não deferiu o pedido de devolução, baseado na Resolução nº 01 de 1989, que dispõe sobre a tramitação de medidas provisórias no Legislativo. O assunto, inclusive, foi exaustivamente discutido à época da edição da MP 190, que acabou tendo seus efeitos suspensos por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou sua edição inconstitucional.

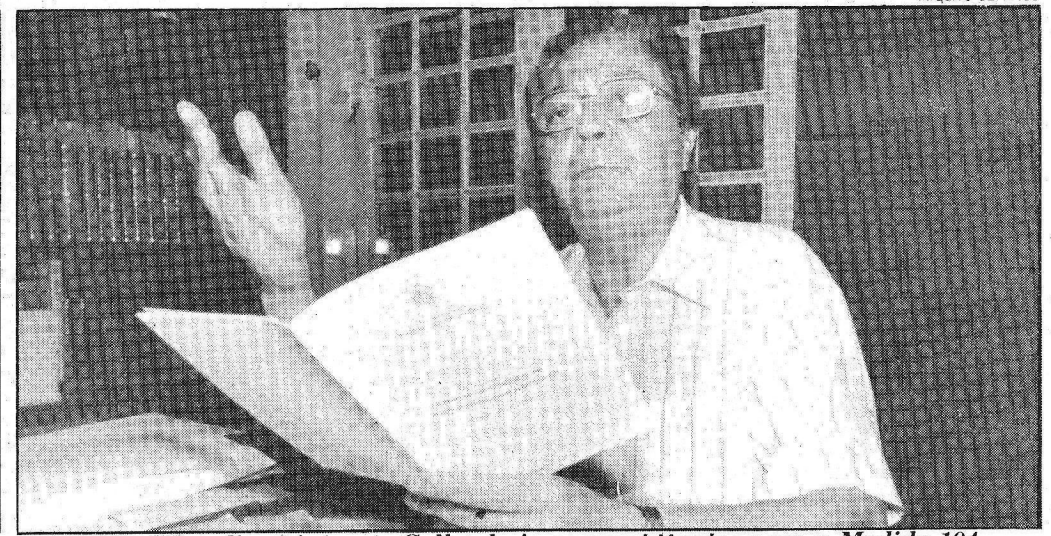
Reuniões

Durante todo o dia de ontem, o presidente do Congresso se reuniu com assessores legislativos para encontrar uma solução que suspendesse a eficácia da medida provisória. Como, no seu entender, o presidente do Congresso não pode devolver uma MP ao Presidente da República, a solução foi manifestar a inconstitucionalidade via despacho e, com isso, tentar coibir a aplicação dos atos nela previstos sob pena de Collor incorrer em crime de responsabilidade.

Além da inconstitucionalidade, Carneiro explicou que a Comissão Mista destinada a dar início à tramitação da MP não poderia ser designada, tendo em vista o fato de a matéria só ter sido publicada à véspera do recesso parlamentar — segunda-feira. Como o seu texto só chegou ontem ao Congresso a convocação não poderia ser feita. (C.K.)



O presidente do Congresso vê erro flagrante



Célio Silva discutirá com Collor hoje as providências para a Medida 194